

# Mordomia que dispensa idade e exame médico

**P**ara obter as vantagens do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que poderão ser derrubadas no Supremo Tribunal Federal pela ação proposta, os parlamentares não precisam fazer esforço algum: obrigatoriamente, independente de idade e de exame médico, eles são associados. Os ex-congressistas, como os atuais, devem contribuir por oito anos para ter direito aos benefícios. Mas os ex-parlamentares podem recolher, de uma só vez, as cotas correspondentes e esse prazo para imediato gozo dos benefícios.

Os funcionários do Congresso nacional poderão contribuir facultativamente para o IPC, gozando de todos os benefícios, inclusive a aposentadoria após oito anos de contribuições. Para os parlamentares que não se reelegerem, a lei 4.284, que criou o IPC em novembro de 1963, existe a possibilidade de continuarem a contribuir. Eles, assim, também terão direito à aposentadoria, após contribuição de oito anos.

A receita do IPC se constitui da contribuição dos associados (10% sobre os subsídios ou vencimentos fixos descontados em folha), mas principalmente da contribuição do Congresso Nacional (portanto recursos da população, via impostos). E que

corresponde, no Senado e na Câmara, a 10% sobre a parte fixa dos subsídios ou vencimentos, verba a ser incluída anualmente no orçamento do Poder Legislativo; saldo das diárias descontadas dos congressistas que faltarem às sessões; além de juros e lucros auferidos pelo instituto e doações, legados, auxílios e subvenções.

Para os associados do IPC, as vantagens são inúmeras: pensão aos ex-congressistas, proporcional aos anos de mandato, à razão de 1/30 avos por ano, não podendo ser inferior à quarta parte do subsídio fixo, nem a ele superior; bem como aos ex-funcionários, na mesma proporção — ambos subordinados ao recolhimento das contribuições correspondentes a oito anos. Em caso de morte do beneficiado, será dada pensão aos familiares de 50% do que caberia ao parlamentar ou funcionário associado.

Se o associado se tornar inválido por acidente em serviço, tiver moléstia incurável ou contagiosa, receberá pensão; seja qual for o tempo de mandato ou exercício do cargo. Além disso, no caso de morte a família recebe um auxílio-funeral correspondente a um mês dos subsídios ou proventos do associado. Outra vantagem: seguro de vida coletivo (em valores que são atualizados anualmente). Se permite ainda a acumulação da pensão do Instituto de Previdência dos Congressistas com pensões e proventos de qualquer natureza.